

Cidade Dispersa

*Euclides Vilela**

1. O planeamento da cidade ou o caos – condições gerais do “novo urbanismo”. Esta postura se caracteriza, nos países centrais da economia mundial por uma aguda visão da questão social, que se tornou claramente uma questão urbana fundamental, enquanto que nos países periféricos, os processos migratórios e de transformação do espaço rural são questões centrais da questão urbana (Campos Filho). Porém, em ambos casos, pela dimensão e importância económica da cidade, a política urbana é política do país; onde as estratégias de desenvolvimento e da qualificação urbana passam por soluções que contemplem o combate a pobreza, o desemprego, a exclusão social e um enquadramento da estrutura da sociedade compatível com as novas tecnologias e modos de comunicação.

2. A busca de uma redefinição das relações socioeconómicas que resultem numa ordem social mais justa. O papel crescente dos movimentos sociais urbanos, como parte dos conflitos que permeiam as lutas de classes, será crucial no quadro da transformação da sociedade moderna. O espaço urbano, nesse contexto, é o palco privilegiado onde as reivindicações ganham mais força e poder de organização. Onde o Estado, ao serviço da classe hegemónica, exerce melhor o seu papel; seja este qual for, no momento da oposição das forças.

“Voei demasiado longe pelo futuro, e fiquei horrorizado. Quando olhei ao redor de mim reparei que o tempo era meu único contemporâneo. (...)”

Em meus filhos quero aliviar o ser filho de meus pais; e, no futuro todo quero remediar este presente.” Assim falava Zaratustra. Nietzsche

1. Premissa

Conhecemos da história das cidades que um novo ou diverso sistema urbano foi estabelecido como primeiro passo a ser dado para introduzir um novo sistema político ou uma nova ordem social; mesmo com pequena defasagem cronológica, constata-se que não existe uma reforma social importante que não seja acompanhada por uma mudança significativa da cidade. O que não sabemos é se existe uma relação directa entre a situação ambiental, do contexto urbano, e a condição cultural (e psicológica) dos habitantes. Porém, muitos que nela acreditam intervêm na cidade, isto é, na sua estrutura dita caótica, para introduzir, através de uma nova ordem física, os princípios de uma nova ordem moral, política e psicológica.

Definitivamente, a reforma urbana é a expressão tangível e concreta dos reflexos da reforma social; concomitantemente constitui o meio de acção sobre o qual esta se baseia. Quando a cidade não corresponde mais às condições minimamente ideais para sustentar e reproduzir essa ordem social, diz-se que a cidade está em crise; isto é, sua génese não concorre para a construção ou reprodução das novas aspirações da sociedade. No dizer de estudiosos, a cidade moderna está em crise. Aparecem os especialistas dos problemas urbanos, munidos de sentenças estatísticas, a anunciar uma análise apocalíptica do ritmo da urbanização no mundo: o “seu controle ou o caos” – anunciam.¹

¹ Cidades brasileiras: seu controle ou o caos – o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil. Este é o título muito sugestivo do livro de Cândido Malta Campos Filho,

Para estes, as pesquisas evidenciam que a urbe moderna não corresponde mais ao ideal da sociedade contemporânea. Mais propriamente, a grande cidade: desde o pólo de uma região à cidade capital, à capital das cidades capitais. E ainda, 7 como aponta Riccardo Mariani, a moralidade metropolitana beira o fim: “O elemento desagregador, o câncer que mina em suas bases a nova sociedade urbana, obviamente a industrial, encontra-se oculto nos meandros obscuros da cidade, nas vielas desconhecidas, sujas e malcheirosas, onde se estabelece uma sociedade sem nome e aparentemente sem esperança. Num certo sentido, é a imagem de uma nova Babel que se apresenta ao observador e ao horrorizado leitor destas pesquisas (Mariani, pg. 69)

Apontam-se as culpas, discute-se do papel do Estado e não raras vezes, propõem-se um novo caminho. Referências às imagens do passado fazem-se ouvir mais uma vez²², é sobre ela que construímos o discurso crítico ao presente, e a partir dela vários autores reencontram o laço perdido, a humanização desejada, a transformação para uma melhor qualificação urbana. O que muitas vezes se esquece, ou delas não se faz referência, é de que, também nesses ambientes de cidade tradicional nasciam continuamente inúmeras solicitações para a intervenção na qualificação desses espaços e, ao que parece, serviam menos às necessidades do cotidiano das civilizações contemporâneas aos principais períodos de suas histórias, do que se prestam hoje às nossas opções de modo alternativo de viver.

Faça-se jus ressalva às cidades-jardins inglesas de curta vida na sua história, e das quais ainda temos poucas indicações e, às cidades americanas planeadas, cujas condições históricas não podemos reproduzir no futuro.

Um pouco de história...

Mas basta lembrar como nos meados do século XVIII, experiências sucedidas do urbanismo sanitaria se destinavam a controlar o ressurgimento cíclico de surtos epidêmicos que colocavam em risco a vida de ricos, tanto quanto a dos pobres. Era preciso garantir que uma mão-de-obra sadia, e portanto, produtiva que melhorasse os níveis de produção nas indústrias florescentes. A intervenção urbana destinava-se ao controle e saneamento das áreas insalubres das cidades e ao controle do acesso à propriedade do solo urbano que era atingida por forte especulação imobiliária.

Esta intervenção de cunho técnico-sanitarista, foi completada nas grandes cidades europeias e norte-americanas com uma preocupação na ampliação dos espaços abertos centrais, destinados a grandes manifestações cívicas burguesas (praças e grandes avenidas) e que abrigavam no seu entorno e na perspectiva dos grandes eixos visuais criados, as edificações de carácter monumental, sede dos poderes governamentais e civis mais importantes. Era o urbanismo da monumentalidade, como aquele que fez o barão Haussman em Paris, feita para enaltecer a força da classe burguesa dominante.

publicado pela editora Nobel (São Paulo:1989) com um discurso ideológico marcante e estruturalista; obra que inclusive uso no presente artigo

²² As referências são alimentadas por um certo componente do imaginário nostálgico da nossa infância e daquele produzido através do nosso sistema de representações colectivas, notadamente assentes em ambientes do passado mais longínquo que as nossas experiências concretas podem vivenciar, daí talvez porque guardamos as imagens positivas e poéticas – mitificadoras.

A estrutura viária herdada de então, pouco foi alterada na maioria dessas cidades durante o século XIX e neste século. As vias pensadas para o desfile das carruagens e para circular os transportes puxados por bois, servem hoje para o trânsito de um enxame de automóveis, autocarros e camiões.

“Graças a essas redes de avenidas, conjuntamente com uma legislação restritiva do adensamento urbano, aliadas a redes de trens subterrâneos, foi possível modernizar o uso das áreas centrais das velhas cidades europeias, sem modificá-lhes a face externa da organização do espaço urbano, herdada do século XIX e anteriores.” (Campos Filho, pg. 8)



As estruturas urbanas medievais permaneceram, em alguns casos, impenetráveis ao automóvel – o intruso – como era a essência do que as originou, enquanto que outras cidades como Lisboa as faziam abrir ao malabarismo e “acotovelamento” desse estranho ao seu ser.

Outras experiências ou correntes urbanísticas vão surgir com maior ou menor vigor durante este período extremamente dinâmico pós-revolução industrial. Os culturalistas que influenciados pelos socialistas utópicos, pretendem a negação dos avanços tecnológicos e apresentam a ideia de estruturas sociais baseadas nas comunidades autónomas praticamente voltadas para o seu umbigo. Outros, ainda da linha saudosista, porém mais pragmáticos e flexíveis como Ebenezer Howard que no final do século passado e início deste século vai propor as cidades-jardins; tendo inclusive obtido a aprovação e implementação das suas ideias com a construção de pequenas cidades com 32.000 habitantes (Welmin e Lechworth) e posteriormente uma cidade média com 100.000 habitantes (Cumbernauld), todas em Inglaterra.

Também utopistas, porém de uma linha pró-industrialização, são os racionalistas-progressistas como Tony Garnier, Walter Gropius e LeCorbusier que vêm suas ideias multiplicadas na corrente modernista da arquitectura, cujo impacto vai transformar profundamente a paisagem urbana e o modo de vida das pessoas. LeCorbusier chega a fazer e ver seu plano de Chandighard, na Índia e tem um discípulo, Lúcio Costa que irá propor Brasília, a capital do Brasil. Desta corrente, cidades novas são planeadas e construídas e outras praticamente demolidas para se reenquadrarem num novo plano modernista que irá transformar a sociedade, segundo um modelo de um ser abstracto, sem convicções ou conflitos, racionalizado e estandardizado – cidade e habitante começam um logo divórcio. Após as duas grandes guerras deste século, as cidades europeias receberam importantes reformas urbanas, proporcionadas pela destruição a que foram sujeitas. Mas não foram refeitas. Possuem as estruturas do passado, da história dessas cidades a condicionarem a nova conformação urbana que agora recebe grande intensidade de ocupação demográfica, em cujos os eixos viários cruzam velozes os novos meios de circulação e, paralelamente, a tecnologia proporciona

novos tipos de fluxos que, no seu conjunto, determinam novos modos de utilização do espaço.

... e então

Há muito (desde a Revolução Industrial) que aos moradores costumeiros da urbe vinham-se juntando um contingente populacional vindo do campo, vindo de uma outra realidade sociocultural e que muito vai contribuir para a conformação socio-espacial da cidade moderna. O migrante, é este novo grupo que irá se enquadrar nas diferentes categorias sociais, porém, esmagadoramente na classe proletariada e que irá encontrar problemas específicos de integração. “O certo é que ao caos da nova periferia urbana, do ponto de vista espacial e urbanístico, corresponde uma imensa solidão cultural do migrante, sem referências, sem ajuda, e, sobretudo, sem qualquer forma de solidariedade humana ou social.” (Mariani, pg. 69) Hoje, a este problema histórico associam-se novas causas:

Explosão demográfica nas cidades, causada basicamente pelo êxodo rural e, em segundo lugar, pelas imigrações em proporções variáveis segundo as causas históricas presentes na realidade de cada país. As migrações vão trazer conflitos pelas diferenças culturais exacerbados por outras razões, muitas vezes puramente manobrados por grupos que anseiam o poder;

Alteração dos modelos familiares (Champion e Hall), pela mudança da sua estrutura tradicional onde passa a estar presente uma modalidade de famílias monoparentais numa óptica distinta daquelas que se originavam pela morte de um dos cônjuges, da desarticulação das famílias, de um novo relacionamento com os idosos, enfim, a adopção de novos hábitos de viver e de valores culturais distintos;

Outro factor é nos dado pelas crises económicas mais ou menos cíclicas. Daí advém os problemas de desemprego, a necessidade de uma maior mobilidade para acompanhar as ofertas de emprego, as restrições no consumo e as dificuldades de acesso à habitação. Na verdade é base dos recentes problemas acima descritos.

Destas causas nasce a tendência para a desagregação e a desconcentração. Porém, estes movimentos ainda estão ocorrendo ao mesmo tempo que continua-se a buscar a concentração, como forma de melhor solucionar os problemas de desemprego e de atendimento às necessidades da população, beneficiando da economia de escala e de aglomeração. A centralidade é ainda uma opção preferencial à desagregação pela melhor condição de acesso aos bens e aos serviços. Nos centros estão as principais manifestações culturais e de decisão política, a formação, o avanço tecnológico e, fundamentalmente, satisfazem as nossas necessidades sociais de proximidade física. É esta dualidade que alimenta os conflitos. São os extremos da nova estrutura social a incorporarem-se a antiga estrutura urbana.

A estes fenómenos desajustados deu-se o nome de crise urbana para o qual a solução apontada pela via do planeamento urbano pretende introduzir a tal “nova ordem”.

Planeamento urbano – o discurso político

A cidade, sendo produto das relações sociais, ela não se constrói à margem da estrutura social e das suas relações económicas, internas e externas. Constituem elas no seu conjunto, um processo histórico inter-relacionado, em permanente transformação e num percurso dialéctico de mudança, onde a estrutura física e a forma estética da cidade estão presentes, ora como espelho de narciso ora como a base de um avanço protagonizado pela classe dominante.

Não raras vezes, estão presentes pensamentos utópicos como as que defendiam Saint-Simon, Owen e Fourier, mesmo de Proudhon com seus ideais de sociedades antiurbanas que influenciaram os culturalistas, ou ainda, a visão dos marxistas, críticos opositores dos primeiros que anunciavam o determinismo histórico como avanço da sociedade sem classes, onde os antagonismos sociais seriam minimizados.

Como diz Castells, é “evidente que o processo de formação das cidades está na base dos sistemas urbanos e determina a estruturação interna” (op. Cit. Pg. 83). Contudo, ainda segundo este mesmo autor a cidade não se constrói numa relação de exterioridade com as estruturas socio-económicas e tal processo não é determinístico porque “nunca se exerce numa só direcção, uma vez que toda a sociedade de classes é contraditória” (Castells, pg. 9), o que acentua a complexidade para entender todo o tecido que constitui o ambiente da sociedade contemporânea.

Numa outra óptica, a cidade enquanto produto de uma planificação e práticas políticas do Estado, é a resposta mais elaborada, mais desenvolvida, da sociedade capitalista às necessidades de controlo dos processos anárquicos que minam o desenvolvimento urbano” (Lojkin). A intervenção do Estado constitui, em primeira instância, a resposta às necessidades de socialização das forças produtivas – acções que pressupõe a regulação-neutralização das contradições de uma formação social assimilada a um sistema que se reproduz indefinidamente. Esse controle é exercido pois, sobre a estrutura urbana onde vão-se concretizar a mais-valia e as relações de dominação.

Seus instrumentos – o conjunto de elementos de planificação urbana, as práticas políticas, as práticas jurídicas, as regras de financiamento e a programação dos equipamentos públicos – constituem o acto legitimado desta intervenção onde prevalece a lógica da segregação social e selecção urbanística. Neste sentido é justo afirmar que a cidade não é produto dos modelos teórico-técnicos do planeamento; este sim e como já nos referimos, vai embeber suas formulações nas ordens sociais e interesses que regem sobre a dinâmica urbana.

Tendências

Nos países desenvolvidos, a dispersão urbana (no sentido da não concentração em densidades consideradas elevadas, e em oposição às propostas postuladas por modernistas Le Corbusier), está na ordem dos discursos de hoje em dia. Na dispersão, podemos identificar, dentro do discurso ideológico, alguns propósitos: por um lado, reduzir a intensidade ou o grau de contacto das relações conflituosas entre interesses dos grupos sociais distintos que constituem a sociedade, e de atenuar as suas contradições sempre presentes na variação de poder (Castells); por outro lado, de aumentar as relações interpessoais dentro de cada grupo ou entre grupos com “maior grau de identidade” de forma a privilegiar relações “harmoniosas” no seu interior (Giddens). A par, se anunciariam as vantagens de um equilíbrio ecológico, onde o componente homem se reencontraria com a natureza – binómios tantas vezes dissociados e inconciliadores. Contudo, a dispersão tem custos; económicos principalmente. Como aqueles de oposição à economia de escala e de aglomeração que atrás já nos referimos. As cidades e suas regiões concorrem com as outras, numa escala mundial, para atrair os investimentos das grandes empresas multinacionais e criar sinergias para outros investimentos e o desenvolvimento. É o factor económico que tantas vezes

prevaleceu no seio das nossas decisões, a freiar e a contrabalançar as acções do planeamento urbanístico utópico.

Tecnologia, condomínio privado, rede de cidades... Lexotan e outros remédios

Em jeito de conclusão faremos um breve apontamento sobre as tendências gerais que estão a se verificar. Na verdade, não representam algo verdadeiramente “de novo” como ficará caracterizado, pois incorpora-se nos avanços tecnológicos e da comunicação, porém a forma da organização social e urbana permanecem com os seus conflitos que lhes são inerentes alterando-se a escala das aglomerações. Mas é sempre curioso como, essencialmente, busca-se a dimensão do espaço que podemos dominar, isto é, o nosso universo tangível.³

Tecnologias

Segundo Castells, hoje há uma maior articulação do espaço. Essa articulação é mais intensa e mais hierárquica do que a uma década atrás, por exemplo. Tal facto deve-se sobretudo às mudanças na estrutura económica, nas estratégias de desenvolvimento, mas, sobretudo, graças aos avanços tecnológicos. Os espaços perdem o seu significado tradicional ao se desvincularem da sua relação física com o lugar; “de um espaço caracterizado por locais passa-se para um espaço de fluxos” (de comércio, produção e trabalho). Se cada espaço coincida com o lugar, onde a actividade pressupunha a presença física dos indivíduos, hoje é fundamentalmente dado pela ausência.

Todas estas mudanças são protagonizadas pelo avanço tecnológico da informação: o computador, a Internet, cabos ópticos, redes informatizadas, robótica, televisão..., todos os engenhos modernos, poderosos e sofisticados meios de comunicação que transformam as nossas necessidades tradicionais em espaços não referenciáveis fisicamente, pois estão onde houver comunicação.

Estes instrumentos vieram permitir que o trabalho seja exercido de forma integral em um espaço restrito ou mesmo no próprio lar. Por outro lado, permitem antever uma distribuição das actividades produtivas por unidades espaciais ainda mais fragmentadas, isto é, em alguns casos será possível prescindir da necessidade de uma instalação fabril ou de um escritório. Em resumo, permitem a maior flexibilidade locacional.

As consequências são de que as cidades perdem unidade. As pessoas possuem uma relação interpessoal restrita; os espaços urbanos são de passagem; as suas referências são as grandes superfícies de consumo e a sua habitação.

Condomínios privados

Num artigo publicado na *Arquitectura*, uma revista portuguesa da especialidade, Norberg-Schulz lamentava: “No passado os bandidos estavam fora das muralhas, hoje ficam dentro. A cidade respira intranquilidade e sentimos o desejo de evadir-lhe (...) (NI63, pg.58)

Se a cidade não é o local de vida comum e de partilha, regida pela desintegração e desequilíbrios, pensar numa vida colectiva, cultural e política é uma utopia. Os espaços fragmentados restam na sua dimensão da necessidade social da proximidade e pelas razões económicas já enunciadas.

A polarização social, a segregação e selectividade determinam a necessidade de uma modalidade de cidade dentro da cidade – o condomínio privado.

³ Sobre este conceito prometo tratar numa outra oportunidade, quiçá no próximo número da revista.

Neste sentido, o condomínio privado, esta opção restrita é restritiva de viver na cidade coerente com as suas assimetrias sociais do nosso tempo, e fortalecem o significado da individualização do espaço e da selectividade dos consumos culturais e de tempos livres.

Outros argumentos são encontrados com a crescente violência urbana e a necessidade de reagregar indivíduos entorno do seu grupo social. Este vocabulário até agora ausente na nossa lexologia social reveste-se de um significado e necessidade cada vez maiores.

Doravante, o condomínio privado poderá vir a ser o único espaço físico comum, inserido numa “rede de condomínios” construídos sobre a “selva urbana”, habitada pela classe dos excluídos. Então, a preocupação do arquitecto Norberg-Schulz terá sido atendida.

Rede de cidades

A visão de uma realidade estruturada a partir de factores determinantes tem permeado o pensamento do homem moderno, levando-o a procurar um fio condutor, um elemento aglutinante e a generalidade dos elementos que compõem essa realidade.

A organização das cidades em redes que guardem uma relação determinada por aspectos fundamentalmente de interdependência económica está na base deste visionismo que desde Chantillon (1755) até a teoria mais fértil das localidades centrais, por Walter Christaller (1933) têm procurado compreender a natureza da rede urbana.

A partir dos anos 50, com a retomada da expansão capitalista e a questão do subdesenvolvimento aparece, as vantagens dessa estrutura perfeitamente integrada e hierarquizada, com propriedades potencializadoras do desenvolvimento, é colocada como política estratégica para promover as regiões e combater as assimetrias regionais. Nesta proposição, as cidades podem assumir funções segundo o seu tamanho e distância ao centro imediatamente maior. Este possui as funções complementares necessárias ao centro menor, além de todas as funções que existam nos centros menores do que ele. Um pólo regional de grande dimensão garante o papel do lugar central maior e influencia toda a sua região. As redes de centro abrem possibilidade para a dispersão urbana com conectividade; uma dispersão relativa que garante a integração com um mínimo de perda das vantagens locais perfeitamente compensadas por certos ganhos protagonizados pela desconcentração. Ganhos sociais sobretudo. Numa versão de centros urbanos activos, estas pequenas localidades podem agora estar situadas a um momento de uma ligação telefónica ou do computador em rede. A proximidade relativa ao centro maior permite obter mão-de-obra especializada que necessitam para as suas actividades industriais ou ainda, para obter matéria-prima e fazer a colocação dos seus produtos no mercado. A deslocalização das empresas se faria atraídas por vantagens comparativas e porque dispõem de infra-estruturas avançadas e adequadas às suas necessidades, sem pagarem altos custos do solo. Os incentivos fiscais e de financiamento por parte do Estado garantem a viabilização dessa deslocalização. Segundo esta preposição, cada região teria um número reduzido de hierarquias, a dois ou três níveis, diferenciando os centros menores pela sua especialização e complementaridade. Os centros urbanos passivos; para os quais a função básica passa a ser de dormitório e de local de lazer, as pessoas podem ir para os centros de emprego em tempo relativamente curto, sem enfrentar o congestionamento no trânsito e com padrões de qualidade

de vida superior, uma vez que não estariam a ser pressionados pela especulação imobiliária, pelo stress da circulação no trânsito e da violência urbana. Esta estrutura de ocupação já existia de um certo modo; mas passa a ser potencializada pelos avanços nas tecnologias de comunicação e transportes. Mas não falei de tendências no seio dos movimentos sociais!...*Arqº Euclides Vilela, Prof. Na ULHT